

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO JULGADORA PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

PÚBLICA PARA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, às 11h00min na Sala de Situação da Superintendência de Recursos Hídricos, ocorreu a Audiência Pública e a 4ª Reunião da Comissão Julgadora para realização da audiência pública junto as Organizações Não Governamentais, que concorrerão à vaga no Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CEHIDRO. Conforme determinam as Portarias SEMA nº 664 de 11 de novembro de 2015, nº 490 de 19 de julho de 2016 e nº 555 de 09 de agosto de 2016, a reunião foi presidida pelo Dr. Diego de Maman Dorigatti, representando a Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso, e composta pela Dra. Edilene Fernandes do Amaral, representante do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, e por Luiz Henrique Magalhães Noquelli, Superintendente de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso e Secretário Executivo do CEHIDRO. O Presidente da Comissão Eleitoral iniciou a sessão apresentando os membros da Comissão e informando como se dará o processo eleitoral, destacando que cédulas rasuradas e com número maior de três votos serão anuladas. Destacou ainda que serão cinco entidades concorrendo a uma vaga para Entidades Não Governamentais, sendo que, a primeira mais votada ficará como a vaga de titular e a segunda mais votada com a vaga de suplente. As entidades que estão concorrendo às vagas são: Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas - FONASC; Instituto Pantanal-Amazônia de Conservação - IPAC; Instituto Ecológico e Sócio-Cultural da Bacia Platina - IESCBAP; Associação Cultural e Ambiental Fé e Vida e o Instituto Ação Verde. Antes do início da eleição, as entidades confirmaram a presença do representante legal ou seu procurador e foi possível constatar que a urna de votação estava vazia. Apenas a Associação Cultural e Ambiental Fé e Vida não contou com representantes na audiência pública. Iniciou-se a votação com as quatro instituições presentes, e em todo processo de votação não houve imprevistos. Às 11h31min, encerrada a votação, foram convidados os presentes para participar da contagem dos votos, tendo como resultado final a conclusão do processo eleitoral, com a classificação das entidades na ordem que se apresenta: 1º lugar - com 4 votos a entidade Instituto Pantanal-Amazônia de Conservação - IPAC; 2º lugar - com 3 votos a entidade Instituto Ecológico e Sócio-Cultural da Bacia Platina - IESCBAP; 3º lugar - com 3 votos a entidade Instituto Ação Verde; 4º lugar - com 1 voto a entidade Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas - FONASC e o 5º lugar - com 1 voto a entidade Associação Cultural e Ambiental Fé e Vida. O desempate das entidades foi realizado utilizando-se o critério de antiguidade do registro de



34 fundação, conforme previsto no parágrafo primeiro do art. 6º do Decreto nº 316/2015. Com
35 base no art. 6º do Decreto nº 316, de 06 de novembro de 2015, foram eleitas para o segmento
36 das Entidades Não Governamentais como titular e suplente, respectivamente: Instituto
37 Pantanal-Amazônia de Conservação – IPAC e Instituto Ecológico e Sócio-Cultural da Bacia
38 Platina – IESCBAP. Conforme consta no parágrafo 2º do art. 6º do Decreto 316/2016; em caso
39 do não comparecimento de nenhuma entidade interessada na representação de um segmento
40 do setor usuário, a vaga será preenchida pelo segmento em cuja audiência se teve o maior
41 número de empresas habilitadas, nomeando-se como titular e suplente, respectivamente, as
42 entidades com o terceiro e quarto maior número de votos na audiência em questão. Sendo
43 assim as instituições Instituto Ação Verde e Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de
44 Bacias Hidrográficas – FONASC, ocupam a vaga em questão. A entidade Associação Cultural
45 e Ambiental Fé e Vida, por ocupar a última colocação, está fora do pleito e não ocupará vagas.
46 Feita a proclamação do resultado na audiência pública, as entidades eleitas foram cientificadas
47 para atender ao disposto no art. 8º, do Decreto Estadual 316/2015, setenta e duas horas para
48 encaminhar o nome dos titulares e dos suplentes que comporão o CEHIDRO. Nada mais
49 havendo a declarar, o Presidente encerrou a reunião às 11h50m e a presente ata foi lavrada por
50 Lorena Moreira Nicochelli e subscrita pelos membros da Comissão Julgadora, devendo dar
51 publicidade no sítio da SEMA e publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

52
53
54 
55 DIEGO DE MAMAN DORIGATTI
56 Presidente da Comissão Julgadora

57
58 
59 EDILENE FERNANDES DO AMARAL
60 Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

61
62 
63 LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI
Membro da Secretaria de Estado do Meio Ambiente